

Brasil PCH S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Brasil PCH S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Sinistro Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as intervenções necessárias para recomposição das condições de segurança operacional do túnel de adução de empreendimento da controlada Santa Fé, reconhecendo, no resultado desse exercício, baixa de ativo imobilizado no montante de R\$940 mil, decorrente da parcela danificada do referido túnel de adução, além de ter incorrido, durante esse mesmo exercício, em gastos relevantes com recuperação da estrutura do túnel de adução, gastos esses capitalizados como parte do ativo imobilizado.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria devido: (i) ao julgamento exercido pela Diretoria na determinação dos valores residuais a serem baixados contra o resultado do exercício, referentes à parcela danificada do túnel de adução; e (ii) à representatividade dos valores capitalizados como parte do ativo imobilizado, decorrentes de gastos com recuperação da estrutura do mencionado túnel de adução.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento dos critérios e premissas utilizadas pela Diretoria na identificação e determinação do montante a ser baixado contra o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) entendimento e avaliação do relatório técnico preparado por especialistas internos da Companhia, contemplando os danos causados pelo colapso parcial do túnel de adução, bem como a memória de cálculo com os valores baixados contra o resultado do exercício; (iii) recálculo dos impactos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como a análise das principais premissas consideradas no cálculo realizado pela Diretoria; (iv) a análise, em base amostral, dos montantes capitalizados como parte do ativo imobilizado e relacionados aos gastos com recuperação na estrutura do túnel de adução e; (v) a análise das divulgações realizadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria anteriormente resumidos, consideramos aceitáveis os critérios exercidos pela Administração na aplicação dos conceitos estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo imobilizado (IAS 16 – “Property, plant and equipment”), em relação: (i) aos critérios utilizado na determinação dos valores a serem baixados relacionados à parcela danificada do túnel de adução; (ii) aos critérios de reconhecimento e mensuração dos valores capitalizados com a recuperação desse túnel; e (iii) às respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

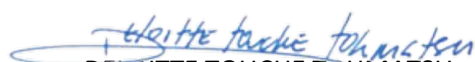
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	9	67.932	36.001	67.941	44.991	Fornecedores		21	3.064	852	4.091
Aplicações financeiras	10	10.721	2.720	33.007	23.462	Debêntures	17	168.689	109.853	168.689	109.853
Contas a receber de clientes	11	-	-	103.352	60.094	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		36	159	2.114	1.642
Dividendos a receber	13 (c) e 14	111.919	180.348	-	-	Impostos, contribuições e taxas a recolher	19	2.307	2.164	8.516	5.778
Impostos a recuperar		1.114	2.636	6.355	6.270	Provisão para férias		-	-	2.241	2.100
Despesas antecipadas		54	33	3.868	3.090	Receita diferida	20	-	-	4.367	3.571
Instrumento financeiro derivativo - SWAP	17	1.321	-	1.321	-	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	17	609	18.607	609	18.607
Outros ativos circulantes		22	3.020	747	1.315	Provisão para contrato oneroso	22	1.998	24.470	1.998	24.470
Total dos ativos circulantes		193.083	224.758	216.591	139.222	Provisões para compromissos futuros	18	-	-	5.905	4.188
						Passivo de arrendamento		225	514	225	514
						Outros passivos	1.2	-	-	32.272	10.615
						Total dos passivos circulantes		173.885	158.831	227.788	185.429
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Impostos e contribuições diferidos	26	-	-	288	274	Debêntures	17	606.869	695.531	606.869	695.531
Impostos a recuperar		4.415	3.258	4.625	3.466	Instrumento financeiro derivativo - SWAP	17	81.797	80.069	81.797	80.069
Depósitos judiciais	12	2.302	2.187	14.692	12.059	Provisões para compromissos futuros	18	-	-	34.574	39.426
Outros ativos não circulantes		-	-	287	287	Passivo de arrendamento		-	204	-	204
Investimentos em controladas	13	953.186	871.484	-	-	Provisões para riscos	21	422	402	2.581	2.451
Imobilizado	15	597	1.161	992.659	998.296	Total dos passivos não circulantes		689.088	776.206	725.821	817.681
Intangível	16	228	187	15.305	17.504			862.973	935.037	953.609	1.003.110
Total dos ativos não circulantes		960.728	878.277	1.027.856	1.031.886	Total dos passivos					
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
						Capital social		109.032	109.032	109.032	109.032
						Reservas de lucros		192.493	122.633	192.493	122.633
						Ajuste de avaliação patrimonial		(10.687)	(63.667)	(10.687)	(63.667)
								290.838	167.998	290.838	167.998
TOTAL DOS ATIVOS		1.153.811	1.103.035	1.244.447	1.171.108	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.153.811	1.103.035	1.244.447	1.171.108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	-	-	594.651	508.159
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	15 e 16	-	-	(36.332)	(36.448)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	-	-	(21.654)	(21.990)
Custos com pessoal		-	-	(17.023)	(15.467)
Custos com manutenção		-	-	(16.615)	(12.010)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(8.736)	(7.167)
Custos com seguros		-	-	(7.301)	(4.018)
Custos com operação		-	-	(2.441)	(2.073)
Taxas setoriais		-	-	(963)	(909)
Custos com meio ambiente		-	-	(893)	(307)
Outros custos		-	-	(531)	(209)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(112.489)	(100.598)
LUCRO BRUTO		-	-	482.162	407.561
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(1.200)	(1.497)	(11.199)	(10.446)
Despesas administrativas e gerais		(159)	(270)	(2.517)	(3.582)
Depreciação e amortização	15 e 16	(132)	(24)	(131)	(26)
(Constituição) Reversão com contrato oneroso	22	21	(9.396)	21	(9.396)
Outras despesas operacionais		(374)	(935)	(3.233)	(3.330)
Resultado na baixa de ativos		-	-	907	2.199
Outras receitas		-	-	23	-
		(1.844)	(12.122)	(16.129)	(24.581)
Resultado de equivalência patrimonial	13	447.677	377.859	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		445.833	365.737	466.033	382.980
Despesas financeiras	25	(155.683)	(113.936)	(156.423)	(114.942)
Receitas financeiras	25	3.012	6.219	3.933	7.102
Total do resultado financeiro		(152.671)	(107.717)	(152.490)	(107.840)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		293.162	258.020	313.543	275.140
Corrente	26	-	-	(20.427)	(15.613)
Diferido	26	-	-	46	(1.507)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26	-	-	(20.381)	(17.120)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		293.162	258.020	293.162	258.020
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		3,11	2,74	-	-
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		94.187.831	94.187.831	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	293.162	258.020	293.162	258.020
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Ganho (perda) de valor justo de instrumentos de "hedge" durante o exercício	52.980	700	52.980	700
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>346.142</u>	<u>258.720</u>	<u>346.142</u>	<u>258.720</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados controladora	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio Líquido Controladora	Patrimônio Líquido Consolidado
		Reserva legal	Reserva Especial	Dividendos adicionais propostos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	109.032	21.806	-	102.944	-	(64.367)	169.415	169.415
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2019 (R\$ 1,09 por ação)	23 (c)	-	-	(102.944)	-	-	(102.944)	(102.944)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	258.020	-	258.020	258.020
Destinações:								
Dividendos distribuídos referentes a 2020 (R\$ 1,67 por ação)	23 (c)	-	-	-	(157.193)	-	(157.193)	(157.193)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,07 por ação)	23 (c)	-	-	100.827	(100.827)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	700	700	700
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	109.032	21.806	-	100.827	-	(63.667)	167.998	167.998
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2020 (R\$ 1,07 por ação)	23 (c)	-	-	(100.827)	-	-	(100.827)	(100.827)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	293.162	-	293.162	293.162
Destinações:							-	-
Dividendos distribuídos referentes a 2021 (R\$ 1,30 por ação)	23 (c)	-	-	-	(122.475)	-	(122.475)	(122.475)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,81 por ação)	23 (c)	-	-	170.687	(170.687)	-	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	52.980	52.980	52.980
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	109.032	21.806	-	170.687	-	(10.687)	290.838	290.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		293.162	258.020	313.543	275.140
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	(907)	(2.199)
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado		-	-	-	20
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17	101.336	74.856	101.336	74.856
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	25	-	-	(285)	(180)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras		(415)	(1.472)	(905)	(2.128)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	18	-	-	411	413
Atualização financeira sobre contratos de aluguéis		17	21	17	21
Depreciação e amortização	15 e 16	132	24	36.463	36.474
Equivalência patrimonial	13	(447.677)	(377.859)	-	-
Prêmio de risco repactuação do risco hidrológico	1.2	-	-	21.654	21.990
Constituição do ajuste MRE		-	-	4.022	9.027
Apropriação do ajuste do MRE	1.1	-	-	(2.545)	(12.291)
Reversão de provisão para garantia física	20	-	-	-	(44.411)
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE		-	-	(54)	1.786
Atualização financeira sobre contrato oneroso	25	-	330	-	330
Constituição (reversão) da provisão para contrato oneroso	22	(21)	9.396	(21)	9.396
Instrumentos financeiros derivativos	17 e 25	52.295	32.607	52.295	32.607
Custo de transação de Debêntures	17	1.338	1.338	1.338	1.338
Provisão para riscos	21	20	442	130	1.019
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(43.258)	(23.430)
Impostos a recuperar		365	2.798	(1.244)	2.442
Despesas antecipadas		(21)	7	(778)	(2.126)
Outros ativos		2.998	(2.720)	(130)	(667)
Fornecedores		(3.043)	2.713	(3.204)	2.723
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(123)	-	472	45
Impostos e contribuições a recolher		759	(8)	(11.083)	(10.039)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	141	383
Passivo de arrendamento		-	539	-	539
Pagamento contrato oneroso	22	(22.451)	(10.791)	(22.451)	(10.791)
Pagamento compromissos futuros	18	-	-	(3.452)	(3.004)
Outros passivos		-	-	2	1
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(21.329)	(9.759)	441.507	359.284
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(55.561)	(57.452)	(55.561)	(57.452)
Juros (pagos) recebidos sobre instrumento financeiro Swap	17	(11.969)	(12.128)	(11.969)	(12.128)
Juros pagos sobre contratos de aluguéis		(17)	(21)	(17)	(21)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(5.403)	(4.063)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(88.876)	(79.360)	368.557	285.620
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos recebidos	13 (c)	434.404	347.549	-	-
Depósitos judiciais		(115)	(321)	(2.307)	(471)
(Aplicações) Resgates em aplicações financeiras		(7.586)	133.730	(8.661)	134.215
Aquisição de imobilizado e intangível	15,16 e 29	(179)	(608)	(32.927)	(19.242)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado	1.4	-	-	4.005	9.850
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		426.524	480.350	(39.890)	124.352
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Dividendos pagos	23 (C)	(223.302)	(260.137)	(223.302)	(260.137)
Financiamentos, empréstimos e debêntures pagos	17	(76.938)	(101.667)	(76.938)	(101.667)
Pagamento de arrendamento		(539)	(518)	(539)	(518)
Instrumentos derivativos pagos	17	(4.938)	(2.667)	(4.938)	(2.667)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(305.717)	(364.989)	(305.717)	(364.989)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		31.931	36.001	22.950	44.983
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	9	36.001	-	44.991	8
No fim do exercício	9	67.932	36.001	67.941	44.991
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		31.931	36.001	22.950	44.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil PCH S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Brasil PCH”), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR – PCH Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de “Grupo Brasil PCH” ou “Grupo”), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à Administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou no balanço patrimonial consolidado, capital circulante líquido negativo no montante de R\$11.197 (R\$46.207 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Em 1º de dezembro de 2021 Eletroriver S.A. e BSB Energética S.A. concluíram a aquisição das ações representativas de 51% do capital social da Brasil PCH anteriormente detidas pela Chipley SP Participações S.A., mediante exercício de direito de preferência conferido pelo Acordo de Acionistas da Brasil PCH, celebrado em 4 de abril de 2006. Dessa forma, a partir dessa data, a Companhia passou a ser uma controlada da Eletroriver S.A. (vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 23).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. (“Funil”)

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria SPE/MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. Desde então, aguarda-se a disponibilização para discussão da nova metodologia em Consulta Pública a ser instaurada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 1.3.

- São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física de 13,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. (“Carangola”)

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. (“Jataí”)

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.

- Bonfante Energética S.A. (“Bonfante”)

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME. Vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 1.3.

- Irara Energética S.A. (“Irara”)

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. (“Calheiros”)

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. (“Caparaó” ou “Fumaça IV”)

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dores do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME. Vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 1.3.

- Monte Serrat Energética S.A. (“Monte Serrat”)

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME. Vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 1.3.

- São Simão Energia S.A. (“São Simão”)

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. (“São Pedro”)

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME. Vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 1.3.

- Retiro Velho Energética S.A. (“Retiro Velho”)

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente. Desde então, aguarda-se a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME. Vide detalhes adicionais na nota explicativa nº 1.3.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e garantia física das controladas da Brasil PCH, não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – Consolidado

Todas as controladas da Companhia fizeram opção por participar com suas PCHs do MRE, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e repassadas à ELETROBRAS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das PCHs no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Desta forma, os ajustes referentes ao exercício de 2020 foram realizados no faturamento das PCHs da Brasil PCH, em 12 parcelas ao longo do exercício de 2021, no montante líquido de R\$2.545 (R\$12.291 em 2020), referente aos ajustes totais do contrato PROINFA no âmbito do MRE, com aplicação do reajuste do contrato nas parcelas a partir de junho de 2021.

1.2. Repactuação do risco hidrológico (RRH) – Consolidado

A Companhia aderiu à RRH referente a todas as controladas indiretas nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, as controladas indiretas da Companhia apresentaram notificações de controvérsia à Eletrobras, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico (“PRH”) no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre as notificações de controvérsias, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para um novo pronunciamento.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor das notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH, até o momento sem solução.

Em 31 de dezembro de 2021, as controladas indiretas da companhia possuem uma provisão de R\$32.269 (R\$10.615 em 31 de dezembro de 2020) constituída no passivo circulante na rubrica “outros passivos” em contrapartida ao resultado na rubrica “prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)”. O respectivo efeito no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 montou em R\$21.654 (R\$21.990 em 31 de dezembro de 2020), sendo que R\$11.375 se refere a apropriação da despesa paga antecipadamente relativo ao ajuste financeiro do período de 2015 a 2019 e R\$10.615 se refere a provisão constituída no período de julho a dezembro de 2020.

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009.

O MME restabeleceu, por meio da Portaria SPE/MME nº 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, incluindo todas as PCHs com exceção da PCH Funil, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física por meio da portaria MME Nº 376/2015.

Em 23 novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria SPE/MME 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto PCH Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física “automática”, conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões judiciais, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descritas acima, a Companhia, solicitou aos seus assessores jurídicos parecer específico sobre as 2 (duas) ações judiciais em curso (PCH Funil e ABRAGEL). Com base na análise efetuada pela Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos sobre as ações judiciais para questionar o procedimento automático de revisão extraordinária de garantia física na portaria MME 463/2009, a Companhia concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em contrapartida da rubrica “receita líquida”, no montante de R\$44.411, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos neste exercício.

1.4. Sinistro São Joaquim Energia S.A. (“São Joaquim”)

Em razão das fortes chuvas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, a Casa de Força foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica a partir do dia 17 de janeiro de 2020.

A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras, de modo que a unidade geradora UG01 voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora UG02 em 22 de maio de 2020. A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou por meio dos Despachos nº 1.228 e 1.491 a partir do dia 1 e 28 de maio de 2020, respectivamente, a liberação da operação comercial das unidades geradoras da PCH São Joaquim.

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo as unidades geradoras UG01 e UG02 da PCH São Joaquim. A seguradora efetuou os pagamentos de R\$5.000 em 10 de junho de 2020 e R\$5.000 em 23 de novembro de 2020, a título de adiantamento dos itens sinistrados. Estes valores, deduzidos de R\$150 relativos à recuperação de despesas de sinistro, juntamente com os efeitos da baixa dos ativos substituídos, no montante de R\$7.256, foram reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado na baixa de ativos” ao longo do exercício de 2020.

Em 20 de dezembro de 2021, a seguradora efetuou o pagamento da última parcela da indenização no valor de R\$4.005, sendo R\$787 referente a indenização de lucros cessantes e R\$3.218 referente a indenização de danos materiais. O montante foi reconhecido no resultado na rubrica de “Resultado na baixa de ativos” e com isso o sinistro foi economicamente encerrado.

1.5. Sinistro Santa Fé Energética S.A. (“Santa Fé”)

Em agosto de 2020, com uso de Veículo Submersível Remotamente Operado (“ROV”), a Companhia realizou inspeção no Túnel de Adução do empreendimento, quando foi possível identificar, um trecho com colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do túnel de adução foram iniciadas no mês de maio e finalizadas dia 13 de julho de 2021. A unidade geradora 01 voltou a operar dia 08 de julho de 2021 e a unidade geradora 02 no dia 15 de julho de 2021.

A PCH Santa Fé reconheceu resultado pela baixa de ativos no montante de R\$940, na rubrica “Resultado na baixa de ativos”, o qual reflete a baixa contábil do valor residual referente aos ativos que compõe a parcela danificada do seu Túnel de Adução.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia dispendeu gastos com recuperação na estrutura do túnel de adução. Esses valores foram reconhecidos como ativo imobilizado, na rubrica de “Reservatório, barragem, adutora” (vide nota explicativa nº 15).

Por conta do ocorrido, a Administração da Companhia iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo o Túnel de Adução da Santa Fé.

Importante mencionar que a Administração da Companhia ainda está aguardando a análise definitiva da Seguradora sobre os montantes finais envolvidos neste tema.

1.6. Transferência de ativos regulatórios

Conforme Resolução Normativa ANEEL nº 506/2012, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a empresa abaixo, realizou a transferência da Linha de Transmissão para a distribuidora, resultado em baixa do ativo imobilizado, reconhecido no resultado na rubrica “Resultado na baixa de ativos”:

PCHs	Distribuidora	31/10/21	31/12/20
São Pedro Energia S.A.(LT)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	2.151	-
São Simão Energia S.A. (Bay)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	-	381
		<u>2.151</u>	<u>381</u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board -IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Eles são classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.

- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Brasil PCH são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das seguintes categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável, utilizando o método de juros efetivos. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”)

A Companhia designa determinados derivativos como instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge”, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia. Além disso, no início do “hedge” e em base contínua, a Companhia avalia se o instrumento de “hedge” é efetivo na compensação de variações nos fluxos de caixa do item objeto de “hedge”, que é quando as relações de “hedge” atendem todas às exigências de efetividade.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos e outros instrumentos de “hedge” qualificáveis que são designados e qualificados como “hedges” de fluxos de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva é reconhecido imediatamente no resultado do exercício.

A Companhia descontinua a contabilização de “hedge” apenas quando a relação de “hedge” (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

(b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pelas controladas indiretas da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015 onde se enquadra as usinas da Companhia. A extensão para as usinas da Companhia foi homologada pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória 2.932, publicada em 17 de setembro de 2021, sendo que no momento, encontra-se em discussão pedido reconsideração ao processo de cálculo e homologação das extensões realizado pela ANEEL / CCEE.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia

Portanto, no caso dos empreendimentos das controladas indiretas da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que os ativos possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas por igual período (30 anos), mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

(d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 16, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

(e) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(f) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

(g) Provisões para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(h) Provisão para contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo da vida do contrato.

(i) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

(j) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

(k) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas. Os valores envolvidos são reconhecidos como receita diferida e apropriados ao resultado com base no regime de competência.

(l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

(m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCHPAR - PCH Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

(n) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(o) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

(p) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

(q) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia e suas controladas sejam a arrendatária, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental de captação.

(r) Adoção de Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021

As normas brasileiras de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 4 (CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 (Efetivo para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021)	As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. No Brasil a taxa de referência utilizada comumente é o CDI. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em agosto de 2020, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 4(CPC 11), IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9(CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39(CPC 38) - Fase 2). Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19(Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021)	Em maio de 2020, o IASB emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS16/CPC 06(R2)) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID19 aplicando a IFRS 16 como se a mudança não fosse uma modificação de arrendamento, considerando pagamentos devidos em ou anterior a 30 de junho de 2021. Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. Não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não adotaram as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 -Arrendamentos, e IAS 41 - Agricultura
Alterações à IAS 1 e IFRS Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia, firmado no âmbito do PROINFA pelo prazo de 20 anos, não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 11.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos de seus recursos aplicados financeiramente são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 99% a 103,69% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 9 e nº 10. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

Os passivos financeiros existentes abrangem os saldos de debêntures em duas séries, sendo a primeira remunerada a CDI + 2,39% e a segunda a IPCA + 8,2647%. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (“swap”) com o Banco Itaú Unibanco S.A., alterando a sua exposição em CDI+2,39% para IPCA + 8,2647%.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na nota explicativa nº 27.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Para prevenir impactos de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de risco operacional, conforme nota explicativa nº 28.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou no balanço patrimonial consolidado, capital circulante líquido negativo no montante de R\$11.909 (R\$46.207 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia no âmbito do PROINFA, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia. A Companhia emitiu debêntures que contêm cláusula restritiva (“covenants”) vinculada a Índice de Cobertura do serviço da Dívida – ICSD superior ou equivalente a 1,20, sempre que for elaborada demonstrações financeiras consolidadas para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral). O não cumprimento dessa cláusula restritiva pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de vencimentos dos financiamentos, detalhada na nota explicativa nº 17.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava adimplente em relação a este requerimento.

Tabela do risco de liquidez

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Controladora	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	21	-	-	21
Debêntures	38.571	180.574	823.147	1.042.292
Instrumentos financeiros derivativos	824	8.342	101.830	110.996
Total	<u>39.416</u>	<u>188.916</u>	<u>924.977</u>	<u>1.153.309</u>
Consolidado	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	852	-	-	852
Debêntures	38.571	180.574	823.147	1.042.292
Instrumentos financeiros derivativos	824	8.342	101.830	110.996
Total	<u>40.247</u>	<u>188.916</u>	<u>924.977</u>	<u>1.154.140</u>

- **Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- **Risco hidrológico**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Brasil PCH, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram sobremaneira suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da resolução	Entrada em operação comercial	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada (MW)
Bonfante	357	28/08/2001	02/08/2008	30 anos	19
Carangola	356	23/12/1999	25/06/2008	30 anos	15
Calheiros	12	14/01/2000	12/09/2008	30 anos	19,5
Caparaó	369	30/12/1999	30/12/2008	30 anos	4,5
Funil	361	23/12/1999	05/03/2008	30 anos	22,5
Irara	525	25/09/2002	06/09/2008	30 anos	30
Jataí	741	19/12/2002	30/07/2008	30 anos	30
Monte Serrat	356	28/08/2001	13/02/2009	30 anos	25
Retiro Velho	626	13/11/2002	16/06/2009	30 anos	18
Santa Fé	608	06/11/2002	09/05/2008	30 anos	30
São Joaquim	404	19/10/2000	17/04/2008	30 anos	21
São Pedro	604	19/11/2003	16/06/2009	30 anos	30
São Simão	84	23/03/2001	17/02/2009	30 anos	27

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do contrato (milhões de reais – R\$)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$/MWh	Preço atualizado R\$/MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETROBRAS	281.272	115.893	121,35	418,37	jul.-08	Jul.-28	IGP-M	Junho
Carangola	ELETROBRAS	202.548	83.456	121,35	418,37	mai-08	abr-28	IGP-M	Junho
Calheiros	ELETROBRAS	228.228	94.037	121,35	418,37	set-08	set-28	IGP-M	Junho
Caparaó	ELETROBRAS	54.054	22.272	121,35	418,37	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Funil	ELETROBRAS	302.441	124.615	121,35	418,37	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
Irara	ELETROBRAS	379.529	156.378	121,35	418,37	jul-08	jul-28	IGP-M	Junho
Jataí	ELETROBRAS	423.293	174.410	121,35	418,37	jun-08	jun-28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ELETROBRAS	379.134	156.215	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ELETROBRAS	275.484	113.508	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ELETROBRAS	546.810	225.303	121,35	418,37	jul-08	jun-28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ELETROBRAS	280.619	115.624	121,35	418,37	mai-08	mai-28	IGP-M	Junho
São Pedro	ELETROBRAS	387.888	159.822	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho
São Simão	ELETROBRAS	319.677	131.717	121,35	418,37	jun-09	jun-29	IGP-M	Junho

(*) Base junho de 2021.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”) conforme resolução normativa 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, caso não seja renovado, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia, na Controladora e em sua controlada direta, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há histórico de lucro tributável, tampouco evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE para a Eletrobras.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 27 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.
- (vii) Provisão para contrato oneroso: os contratos onerosos são reconhecidos quando os custos do contrato excedem os benefícios econômicos destes contratos. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as premissas utilizadas para determinação do valor dos contratos onerosos.

8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR – PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	-	-	9	8
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	67.932	36.001	67.932	44.983
	<u>67.932</u>	<u>36.001</u>	<u>67.941</u>	<u>44.991</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB –junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado de 99% (em 2020, 99% a 102%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimento em renda fixa (a)	10.721	2.720	33.007	23.462
	<u>10.721</u>	<u>2.720</u>	<u>33.007</u>	<u>23.462</u>

- (a) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 87,49% a 103,69% a (em 2020, 94,79% a 137,79%) do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$103.352 em 31 de dezembro de 2021 (R\$60.094 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 31 de dezembro de 2021, na rubrica contas a receber o valor R\$30.420 (R\$8.732 em 31 de dezembro de 2020), até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Tributários (a)	2.263	2.148	3.145	2.148
Desapropriações e servidões (b)	-	-	11.319	9.683
Trabalhistas (c)	39	39	228	228
	<u>2.302</u>	<u>2.187</u>	<u>14.692</u>	<u>12.059</u>

(a) Refere-se a processo envolvendo PIS e COFINS sobre receitas financeiras referente ao restabelecimento das alíquotas pelo Decreto 8.426/15 e IR/CSLL sobre indenização de bens do sinistro da PCH São Joaquim Energia S.A.

(b) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão de interesse restrito.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

(c) Algumas controladas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis de processos judiciais, nos quais estão em discussão os pagamentos de verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR - PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
No início do exercício	871.484	732.036
Dividendos adicionais aprovados referentes ao exercício anterior	(254.056)	(143.946)
Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos intermediários	(111.919)	(94.465)
Equivalência patrimonial	<u>447.677</u>	<u>377.859</u>
No fim do exercício	<u>953.186</u>	<u>871.484</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR – PCH Participações S.A. em 2021 e 2020 são apresentados como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos circulantes	70.390	132.640
Ativos não circulantes	994.858	919.332
Investimentos	994.648	919.124
Outros	210	208
Passivos circulantes	111.923	180.351
Passivos não circulantes	139	137
Patrimônio líquido	<u>953.186</u>	<u>871.484</u>
Quantidade de ações	<u>377.645.430</u>	<u>377.645.430</u>

Os principais saldos de resultado da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 2021 e 2020 são apresentados como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro antes do resultado financeiro	447.677	378.018
Lucro antes do imposto de renda	447.677	377.859
Lucro líquido	447.677	377.859

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2021 e 2020 são apresentados como segue:

	<u>31/12/2021</u>				
	<u>Ativos circulantes</u>	<u>Ativos não circulantes</u>	<u>Passivos circulantes</u>	<u>Passivos não circulantes</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Bonfante	9.162	71.714	10.876	2.245	67.754
Calheiros	7.724	58.095	7.625	763	57.431
Caparaó	1.917	19.277	1.704	405	19.085
Carangola	6.870	43.370	7.796	922	41.523
Funil	9.694	61.972	8.219	1.832	61.615
Irara	12.277	94.378	10.182	6.233	90.240
Jataí	13.643	91.603	13.774	2.282	89.190
Monte Serrat	12.368	101.712	6.639	3.156	104.285

	31/12/2021				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Retiro Velho	8.997	89.443	8.998	2.218	87.224
Santa Fé	17.701	144.492	22.667	13.784	125.742
São Joaquim	9.190	64.382	9.621	1.706	62.245
São Pedro	15.308	98.826	6.667	963	106.503
São Simão	10.567	80.842	9.514	85	81.810
Total	<u>135.418</u>	<u>1.020.106</u>	<u>124.282</u>	<u>36.594</u>	<u>994.647</u>

	31/12/2020				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	6.840	74.312	10.072	2.626	68.454
Calheiros	4.980	59.891	11.971	1.082	51.818
Caparaó	1.339	20.269	1.551	921	19.136
Carangola	4.320	45.235	12.168	1.308	36.079
Funil	5.764	63.371	6.024	1.193	61.918
Irara	7.534	98.304	16.733	7.183	81.922
Jataí	8.472	93.362	19.061	2.059	80.714
Monte Serrat	7.610	104.877	10.928	3.980	97.579
Retiro Velho	5.607	89.289	9.792	940	84.164
Santa Fé	21.167	124.008	24.089	15.692	105.394
São Joaquim	9.922	63.862	17.442	1.515	54.827
São Pedro	7.823	104.997	6.298	2.460	104.062
São Simão	6.429	83.112	16.108	379	73.054
Total	<u>97.807</u>	<u>1.024.889</u>	<u>162.237</u>	<u>41.338</u>	<u>919.121</u>

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2021 e 2020 são apresentados como segue:

	31/12/2021				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	40.867	30.373	29.111	29.112	27.816
Calheiros	33.833	26.272	25.598	25.606	24.540
Caparaó	7.976	5.458	5.308	5.295	5.059
Carangola	30.019	23.298	21.782	21.774	20.829
Funil	43.553	36.017	35.380	35.394	34.014
Irara	55.208	45.433	44.942	45.000	43.204
Jataí	61.594	50.945	49.654	49.616	47.654
Monte Serrat	55.774	46.214	45.843	45.846	44.059
Retiro Velho	40.064	31.333	31.000	30.985	29.716
Santa fé	80.155	66.625	60.964	61.100	58.461
São Joaquim	41.368	34.290	37.271	37.324	34.633
São Pedro	57.031	47.593	43.660	43.631	41.814
São Simão	47.209	38.314	37.425	37.437	35.939
Total	<u>594.651</u>	<u>482.165</u>	<u>467.938</u>	<u>468.120</u>	<u>447.738</u>

	31/12/2020				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	42.938	35.817	34.561	34.578	33.214
Calheiros	26.782	19.731	19.109	19.120	18.276
Caparaó	8.127	5.866	5.765	5.729	5.486
Carangola	23.721	17.893	16.554	16.555	15.811
Funil	44.261	37.253	35.793	35.826	34.419
Irara	43.559	34.182	33.551	33.555	32.142
Jataí	48.554	39.020	37.849	37.906	36.354
Monte Serrat	48.993	39.370	39.078	39.066	37.497
Retiro Velho	36.538	28.683	28.631	28.665	27.507
Santa fé	63.548	52.644	47.951	47.975	45.912
São Joaquim	31.215	24.754	26.528	111	24.741
São Pedro	52.812	44.110	42.679	42.703	41.016
São Simão	37.110	28.238	27.168	26.939	25.762
Total	508.158	407.561	395.217	368.728	378.137

(c) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	289.486
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	238.411
Dividendos recebidos	(347.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	180.348
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	365.975
Dividendos recebidos	(434.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	111.919

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativo circulante - dividendos a receber</u>		
PCHPAR – PCH Participações S.A.	111.919	180.348

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. Os montantes relativos a outros ativos circulantes referem-se à rateio de despesas comuns ocorridas entre a Companhia e suas controladas indiretas.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$1.240 (R\$1.497 em 31 de dezembro de 2020).

15. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	-	-	43.687	42.486
Direitos sobre arrendamento	37,8%	173	683	173	683
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	121.536	125.203
Conduto forçado	3,13%	-	-	29.229	30.312
Gerador	3,33%	-	-	68.390	71.193
Comporta	3,33%	-	-	21.751	22.957
Subestação unitária	3,57%	-	-	39.635	42.249
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	16.218	18.904
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	329.384	337.923
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	264.638	246.877
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	1.235
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	424	478	57.123	55.659
Imobilizado em Curso	-	-	-	895	2.615
		<u>597</u>	<u>1.161</u>	<u>992.659</u>	<u>998.296</u>

(b) Movimentação do imobilizado – consolidado

2021

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências(*)	31/12/21
Custo:					
Terrenos	42.486	1.239	(40)	-	43.685
Direitos sobre arrendamento	683	-	(510)	-	173
Turbina hidráulica	174.444	694	-	5	175.143
Conduto forçado	48.222	428	-	-	48.650
Gerador	115.199	1.045	-	-	116.244
Comporta	36.722	12	-	-	36.734
Subestação unitária	75.069	65	-	-	75.134
Estrutura de tensão	31.295	-	(2.770)	-	28.525
Casa de força produção hidráulica	444.032	368	(40)	6	444.366
Reservatório, barragem, adutora	320.912	9.539	(1.803)	16.186	344.834
Adiantamento a fornecedores	1.235	-	(6)	(1.229)	-
Outras máquinas e equipamentos	90.113	2.818	(676)	2.518	94.773
Imobilizado em curso	2.615	15.760	-	(17.481)	894
	<u>1.383.027</u>	<u>31.968</u>	<u>(5.845)</u>	<u>5</u>	<u>1.409.155</u>

	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências(*)	31/12/21
(-) Depreciação:					
Turbina hidráulica	(49.241)	(4.366)	-	-	(53.607)
Conduto forçado	(17.910)	(1.511)	-	-	(19.421)
Gerador	(44.006)	(3.848)	-	-	(47.854)
Comporta	(13.765)	(1.218)	-	-	(14.983)
Subestação unitária	(32.820)	(2.680)	-	-	(35.500)
Estrutura de tensão	(12.391)	(1.065)	1.149	-	(12.307)
Casa de força produção hidráulica	(106.109)	(8.884)	10	-	(114.983)
Reservatório, barragem, adutora	(74.035)	(6.461)	295	-	(80.201)
Outras máquinas e equipamentos	(34.455)	(3.481)	295	-	(37.641)
	(384.731)	(33.514)	1.749	-	(416.496)
Imobilizado Líquido	998.296	(1.546)	(4.096)	5	992.659

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível

2020

	31/12/19	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/20
Custo:					
Terrenos	43.071	321	(105)	(801)	42.486
Direitos sobre arrendamento	1.198	176	(691)	-	683
Turbina hidráulica	173.541	814	(1.601)	1.690	174.444
Conduto forçado	48.181	-	(65)	106	48.222
Gerador	115.915	257	(1.888)	915	115.199
Comporta	36.196	367	-	159	36.722
Subestação unitária	75.288	5	(268)	44	75.069
Estrutura de tensão	31.319	-	(52)	28	31.295
Casa de força produção hidráulica	445.721	1.384	(3.983)	910	444.032
Reservatório, barragem, adutora	316.510	4.352	(573)	623	320.912
Adiantamento a fornecedores	-	2.127	-	(892)	1.235
Outras máquinas e equipamentos	86.461	3.069	(2.798)	3.381	90.113
Imobilizado em curso	857	7.840	-	(6.082)	2.615
	1.374.258	20.712	(12.024)	81	1.383.027
(-) Depreciação:					
Turbina hidráulica	(45.355)	(4.359)	473	-	(49.241)
Conduto forçado	(16.424)	(1.512)	26	-	(17.910)
Gerador	(40.879)	(3.892)	765	-	(44.006)
Comporta	(12.548)	(1.217)	-	-	(13.765)
Subestação unitária	(30.253)	(2.683)	116	-	(32.820)
Estrutura de tensão	(11.300)	(1.111)	20	-	(12.391)
Casa de força produção hidráulica	(98.157)	(8.904)	952	-	(106.109)
Reservatório, barragem, adutora	(67.952)	(6.218)	135	-	(74.035)
Outras máquinas e equipamentos	(32.419)	(3.123)	1.088	-	(34.455)
	(355.287)	(33.019)	3.575	-	(384.731)
Imobilizado Líquido	1.018.971	(12.307)	(8.449)	81	998.296

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível

16. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Servidões	-	-	-	2.911	3.043
Software	20%	228	187	1.847	1.413
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	7.270	9.881
Indenização de terras	-	-	-	1.753	1.644
Legalização de terras	-	-	-	1.524	1.523
		<u>228</u>	<u>187</u>	<u>15.305</u>	<u>17.504</u>

(b) Movimentação do intangível – consolidado

2021

	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2021
Custo:					
Servidões	3.043	5	(132)	(5)	2.911
Software	2.748	868	-	-	3.616
Medidas compensatórias	24.338	-	(97)	-	24.241
Indenização de terras	1.644	109	-	-	1.753
Legalização de terras	<u>1.523</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.524</u>
	<u>33.296</u>	<u>983</u>	<u>(229)</u>	<u>(5)</u>	<u>34.045</u>
(-) Amortização:					
Software	(1.335)	(434)	-	-	(1.769)
Medidas compensatórias	<u>(14.457)</u>	<u>(2.514)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.971)</u>
	<u>(15.792)</u>	<u>(2.948)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18.740)</u>
Intangível líquido	<u>17.504</u>	<u>(1.965)</u>	<u>(229)</u>	<u>(5)</u>	<u>15.305</u>

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível

2020

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/2020
Custo:					
Servidões	2.199	929	(4)	(81)	3.043
Software	1.941	807	-	-	2.748
Medidas compensatórias	20.693	3.645	-	-	24.338
Indenização de terras	2.227	-	(583)	-	1.644
Legalização de terras	<u>1.612</u>	<u>-</u>	<u>(89)</u>	<u>-</u>	<u>1.523</u>
	<u>28.672</u>	<u>5.381</u>	<u>(676)</u>	<u>(81)</u>	<u>33.296</u>
(-) Amortização:					
Software	(1.040)	(295)	-	-	(1.335)
Medidas compensatórias	<u>(11.297)</u>	<u>(3.160)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.457)</u>
	<u>(12.337)</u>	<u>(3.455)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.792)</u>
	-	-	-	-	-
Intangível líquido	<u>16.335</u>	<u>1.926</u>	<u>(675)</u>	<u>(81)</u>	<u>17.504</u>

(*) Transferências entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível

17. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO

Em deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, os acionistas da BPOCH aprovaram a emissão da 1ª (primeira) debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$1, na data de emissão, sendo 450.000 debêntures da primeira série (Banco Itaú BBA) e 450.000 debêntures da segunda série (Banco Santander “Brasil” S.A.), perfazendo o montante total de R\$900.000, com a finalidade de quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES e Petros.

Estas debêntures serão pagas trimestralmente, juros e principal, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Os juros tiveram carência de 4 meses (primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2020 e último pagamento em 15 de novembro de 2026), enquanto o principal terá uma carência de 13 meses (primeiro pagamento em 15 de novembro de 2020 e último pagamento em 15 de novembro de 2026).

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures – 1ª Serie	450.000	1	355.815	389.091
Debêntures – 2ª Série	450.000	1	426.213	424.100
(-) Custo com transação com debêntures			(6.470)	(7.807)
			<u>775.558</u>	<u>805.384</u>
Instrumento financeiro derivativo – “SWAP”			81.085	98.676
			<u>856.643</u>	<u>904.060</u>
Ativo circulante			1.321	-
Passivo circulante			169.298	128.460
Passivo não circulante			688.666	775.600

b) Movimentação das Debêntures e Instrumento financeiro derivativo

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	904.060	969.873
Encargos provisionados	101.336	74.856
Custo de transação	1.338	1.338
Pagamento principal	(76.938)	(101.667)
Pagamento de juros e atualização monetária	(55.561)	(57.452)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo	(4.938)	(2.667)
Pagamento de juros sobre instrumento financeiro derivativo	(11.969)	(12.128)
Ganho com instrumento financeiro derivativo, líquido	52.295	32.607
Marcação a valor justo do instrumento financeiro derivativo	(52.980)	(700)
	<u>856.643</u>	<u>904.060</u>

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas (“covenants”), incluindo entre outros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias relacionadas à operação são as seguintes:

1. Garantias

Foram ofertadas em alienação fiduciária, em caráter irrevogável, as ações emitidas pela PCHPAR Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH e as ações emitidas pelas SPEs de propriedades da PCHPAR - PCH Participações S.A., podendo os debenturistas, no caso de inadimplemento da beneficiária, após a realização de assembleia geral pertinente, após a fixação mínima do preço de venda das ações, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, utilizando o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

As debêntures estão garantidas, ainda, por cessão fiduciária de: (i) direitos emergentes das autorizações concedidas às PCHs pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; (ii) os direitos creditórios que venham a ser devidos às PCHs no âmbito dos Contratos de Compra e Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (CCE e PROINFA, respectivamente); (iii) direitos creditórios oriundos dos seguros de Risco Operacional, em nome das SPEs, sendo as apólices de tais seguros alteradas de forma a prever os Debenturistas, devidamente representados pelo Agente Fiduciário, como beneficiários; e (iv) todos e quaisquer direitos, inclusive aplicações financeiras e seus rendimentos, sobre as contas vinculadas a serem cedidas fiduciariamente e descritas no Contrato de Cessão Fiduciária de recebíveis em que serão depositados em acordo com os subitens (i), (ii) e (iii) deste item.

2. Restrições

A Companhia não pode tomar novas dívidas, salvo aquelas contraídas exclusivamente no curso normal dos negócios, até o limite agregado de R\$30.000, e não poderá realizar reduções de capital.

Os recebíveis dos Contratos de Venda de Energia celebrados com a Eletrobrás, cedidos fiduciariamente, serão depositados diretamente no Banco Depositário (BNP PARIBAS) contratado pelo Agente de Contas (TMF Brasil Administração e Gestão de Ativos), o qual receberá orientações diretamente do Agente Fiduciário (Oliveira TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) para transferir os recursos financeiros para as contas de livre movimentação da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, a Companhia é requerida a manter, durante todo período de amortização das debêntures, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior ou equivalente a 1,20 apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu apresentando um índice de ICSD 3,38 (em 31 de dezembro de 2020 atingiu à 2,43).

c) Instrumento financeiros derivativo – “SWAP” designado como “hedge” de fluxo de caixa

Para a 1ª Série de Debêntures, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú operação de “Swap” trocando a remuneração da - 1ª Série (CDI+2,39%) e igualando-a à remuneração da 2ª série (IPCA + 8,2647%). Essa transação foi qualificada como “Hedge” de fluxo de caixa, sendo os efeitos decorrentes da variação do valor justo do instrumento financeiro derivativo de proteção reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021, a marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo resultou em ganho de R\$10.687 (ganho de R\$700 em 31 de dezembro 2020), conforme demonstrado a seguir.

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA)	Saldo cliente (Ativo - curva CDI)	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado “Swap” - MTM
16/11/2026	450.000	31/12/2019	457.326	440.129	(17.197)	(64.367)
16/11/2026	450.000	31/12/2020	424.100	389.091	(35.009)	(63.667)
16/11/2026	450.000	31/12/2021	426.213	355.815	(70.398)	(10.687)

A captação de recursos via emissão de debêntures realizada no ano de 2018 pela Companhia ocorreu obedecendo as melhores práticas de gestão de riscos, posto que ao trocar a variação do CDI+2,39% pelo IPCA+8,2647, a Companhia aproximou seus passivos financeiros de maior expressão ao indexador de preços que remunera os recebíveis que é o IGP-M.

18. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	31/12/2021
Compromissos socioambientais (a)	15.682	-	(568)	(605)	169	14.678
Provisão p/ medidas compensatórias (b)	13.460	-	(97)	(2.847)	242	10.758
Provisão p/ legalização de terras (c)	1.524	1	-	-	-	1.525
Provisão p/ indenizações de terras (d)	12.948	570	-	-	-	13.518
Total	43.614	571	(665)	(3.452)	411	40.479
Passivo circulante	4.188					5.905
Passivo não circulante	39.426					34.574

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”), que prevê o reflorestamento de áreas. Para o cumprimento das exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda realizar a aquisição de terras a serem reflorestadas.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação permanente, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terras: a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

19. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	3.773	1.921
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)	-	-	790	658
PIS e COFINS sobre receita financeira	2.289	2.164	2.289	2.164
Impostos diferidos (a)	-	-	583	680
Outros tributos a recolher	18	-	1.081	355
Total	<u>2.307</u>	<u>2.164</u>	<u>8.516</u>	<u>5.778</u>

(a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a parcela diferida da receita.

20. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

	31/12/21	31/12/20
Exposição ao MRE (a)	4.367	3.571
Total	<u>4.367</u>	<u>3.571</u>

(b) Movimentação da receita diferida

	31/12/2020	Constituição e atualização	Realização	31/12/2021
Exposição ao MRE (a)	3.571	4.935	(4.139)	4.367
	<u>3.571</u>	<u>4.935</u>	<u>(4.139)</u>	<u>4.367</u>

	31/12/2019	Constituição e atualização	Reversão	Realização	31/12/2020
Exposição ao MRE (a)	11.976	3.886	-	(12.291)	3.571
Revisão de garantia física (b)	39.270	5.141	(44.411)	-	-
	<u>51.246</u>	<u>9.027</u>	<u>(44.411)</u>	<u>(12.291)</u>	<u>3.571</u>

(a) Exposição ao MRE –2020/2021 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(b) Garantia física - Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apropriou em contrapartida à rubrica de receita líquida de vendas, o montante de R\$44.411, até então registrados como receita diferida, em função da consolidação das jurisprudências favoráveis sobre discussões judiciais envolvendo determinadas controladas relacionadas a suspensão de determinadas portarias do MME que haviam reduzido a garantia física de determinadas PCHs e o consequente reestabelecimento dos montantes originais de energia contratada. Neste sentido, a Administração, suportada pelo referido parecer, reconheceu o montante mencionado como receita uma vez que concluiu que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos, é considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deve ocorrer.

21. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$2.581 (R\$2.451 em 31 de dezembro de 2020). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	31/12/2020	Constituição	Baixas	31/12/2021
Trabalhista	168	57	(61)	164
Regulatório	1.406	58	(71)	1.393
Tributário	771	145	-	916
Cíveis	106	41	(39)	108
Total	<u>2.451</u>	<u>301</u>	<u>(171)</u>	<u>2.581</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (a)	694	386
Cíveis (b)	2.741	2.861
Ambientais (c)	1.019	1.019
Tributário (d)	1.224	837
	<u>5.678</u>	<u>5.103</u>

- (a) As ações trabalhistas da Companhia referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.
- (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação e indenização por prejuízo com "Lavra de Areia".
- (d) Refere-se à ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens, ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre Tarifa Uso Sistema – TUSD.

22. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 4 de dezembro de 2014, a Companhia e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. Entretanto, no decorrer de sua vigência o contrato passou a ser oneroso, uma vez que os preços de compra da energia contratada passaram a ser maiores do que os preços de venda que a Companhia teria expectativa de obter no mercado. Em 2020, como forma de fixar as suas perdas nesta operação, a Companhia optou por negociar a venda da totalidade da energia contratada (15 MWs médios), com terceiros, e em valor unitário inferior àquele pelo qual a energia foi adquirida. O valor do passivo reconhecido na data é suficiente para fazer frente às perdas que serão incorridas até o final do contrato oneroso.

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2021:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2021</u>
Contrato compra de energia	<u>24.470</u>	<u>(21)</u>	<u>(22.451)</u>	<u>1.998</u>
Passivo circulante	24.470			1.998

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em decorrência de alteração em seu controle acionário ocorrida em 1º de dezembro de 2021 (conforme informado na nota explicativa nº 1), a Companhia passou a ter Eletroriver e BSB como únicas acionistas, detentoras, respectivamente, de 70% e 30% das ações de emissão da Companhia, conforme quadro abaixo:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ON</u>	<u>%</u>
Eletroriver S.A.	65.931.482	70,00
BSB Energética S.A.	<u>28.256.349</u>	<u>30,00</u>
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado pelas 94.187.831 ações ordinárias apresentadas.

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve constituição de reserva legal pelo fato do referido limite ter sido atingido em anos anteriores.

Reservas de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	293.162	258.020
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	293.162	258.020
Dividendos intermediários distribuídos antes da alteração do quadro societário (i)	(39.100)	(157.193)
Dividendos intermediários distribuídos após da alteração do quadro societário (ii)	(83.375)	-
Dividendos adicionais propostos (iii)	(170.687)	(100.827)

- (i) Em 23 de agosto de 2021 e 10 de agosto de 2020 e 25 de novembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos intermediários distribuídos para os períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 no valor de R\$39.100 e R\$157.193, respectivamente.
- (ii) Em 2 de dezembro de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos intermediários distribuídos para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 no valor de R\$83.375.
- (iii) Em 24 de fevereiro, 24 de março e 25 de junho de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) pagamentos de dividendos adicionais do exercício de 2020 no valor de R\$100.827.

Dividendos a pagar

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	102.944
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	157.193
Dividendos pagos	(260.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	100.827
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2021	122.475
Dividendos pagos	(223.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-

- (d) Ajuste de avaliação patrimonial: Representando pelos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de “hedge” de fluxo de caixa considerados efetivos (vide na nota explicativa nº 17).

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	618.655	478.480
Ajustes:		
Ajuste à Tarifa de Energia de Otimização ("TEO")	(2.207)	9.660
Recontabilização + consumo interno	730	-
Revisão de garantia física (vide nota nº 20)	-	39.270
	<u>(1.477)</u>	<u>48.930</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS Corrente	(22.581)	(17.465)
PIS e COFINS Diferido	54	(1.786)
	<u>(22.527)</u>	<u>(19.251)</u>
Receita líquida de vendas	<u>594.651</u>	<u>508.159</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas financeiras:				
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	(101.336)	(78.839)	(101.336)	(78.839)
Custos de transação de debêntures	(1.338)	(1.338)	(1.338)	(1.338)
Instrumentos financeiros derivativos	(52.295)	(32.607)	(52.295)	(32.607)
Atualização contrato oneroso	-	(330)	-	(330)
PIS e COFINS s/ receita financeira	(140)	(289)	(140)	(289)
Outras despesas financeiras	(574)	(533)	(1.314)	(1.539)
Total	<u>(155.683)</u>	<u>(113.936)</u>	<u>(156.423)</u>	<u>(114.942)</u>
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.800	2.035	3.428	2.731
Atualização de depósito judicial	-	-	285	180
Variações monetárias	-	3.983	-	3.983
Outras receitas financeiras	212	201	220	208
Total	<u>3.012</u>	<u>6.219</u>	<u>3.933</u>	<u>7.102</u>
Total	<u>(152.671)</u>	<u>(107.717)</u>	<u>(152.490)</u>	<u>(107.840)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	293.162	258.020	313.543	275.140
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(99.675)	(87.727)	(106.605)	(93.548)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	179.521	151.413
Efeitos de equivalência patrimonial	152.210	128.472	-	-
Crédito tributário não constituído	(52.535)	(40.745)	(52.535)	(40.745)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	20.381	17.120
Correntes	-	-	(20.427)	(15.613)
Diferidos	-	-	46	(1.507)
Impostos controladas			(20.381)	(17.120)

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$1.199.470 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.048.597 em 31 de dezembro de 2020). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

O ativo fiscal diferido do consolidado é composto como segue:

Ativo fiscal diferido	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS diferidos	150	148
IRPJ e CSLL diferidos	128	126
Total	278	274

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

27. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	67.932	36.001	67.941	44.991
Aplicações financeiras	10.721	2.720	33.007	23.462
Contas a receber	-	-	103.352	60.094
Depósitos judiciais	2.302	2.187	14.692	12.059
Outros ativos	21	3.020	747	1.315
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	21	3.064	852	4.091
Debêntures	775.558	805.384	775.558	805.384
Mensurados pelo valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	81.085	98.676	81.085	98.676

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros. Eles são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado. A Companhia entende que saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros listados no quadro acima se aproximam dos seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021, com exceção dos saldos de debêntures, cujos valores justos na referida data-base foram estimados com base no nível 2 da hierarquia, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures 1ª Série - CDI + 2,96%	375.356	418.161
Debêntures 2ª Série - IPCA + 8,5331%	456.441	516.837

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures na Controladora (CDI e IPCA).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (9,25%) e IPCA (10,18%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 (fonte Boletim Focus). Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado

<u>Operação</u>	<u>Exposição 31/12/2021</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Caixa e equivalentes de caixa	67.941	Baixa do CDI	6.285	4.714	3.142
Aplicação financeira	33.007	Baixa do CDI	3.053	2.290	1.527
Debêntures - Itaú + “swap”	426.213	Aumento do IPCA + 8,5331%	(79.758)	(99.697)	(119.636)
Debêntures - Santander	426.213	Aumento do IPCA + 8,5331%	(79.758)	(99.697)	(119.636)

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

28. COBERTURA DE SEGURO

Seguro “Directors&Officers” (D&O)

A Companhia renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2022 e cobertura de R\$50.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro no valor de R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2022 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$2.289.848, lucros cessantes no montante de R\$656.462, linha transmissão R\$118.531 e Barragens R\$782.701, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(510)	(691)	(510)	(691)
Adição da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	176	-	176
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	(665)	(397)
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	571	5.355
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	-	40	741
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores e impostos	-	-	219	599
Outras baixas de imobilizado e intangível	-	-	-	(111)
Imposto de Renda e Contribuição Social compensados			13.190	10.259
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	766	20

Adicionalmente, as informações apresentadas de transações não caixa pertinentes as adições do ativo imobilizado e intangível afetam a conciliação das suas respectivas notas explicativas com a demonstração dos fluxos de caixa. As adições pela competência, deduzidas das adições da provisão para compromissos futuros, deduzidas da aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de fornecedores e impostos, somadas ao montante de reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado do período, montam o saldo apresentado na demonstração dos fluxos de caixa.

30. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de janeiro de 2022.

Composição do Conselho de Administração

Paulo Celso Guerra Lage - Presidente	Márcio Barata Diniz - Conselheiro
José Guilherme Antloga do Nascimento- Conselheiro	Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz – Diretor Presidente	Walter Nunes Seijo Neto - Diretor
--	-----------------------------------

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG - 110880/O-2
Contador